

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO: um estudo na Região Metropolitana do Vale do Itajaí/SC

Darlei Schmitz

Pós-Graduando em Gestão de Pessoas e Coaching – Centro Universitário Leonardo Da Vinci
(UNIASSELVI)

darlei.schmitz.29@gmail.com

Camila Belli Kraus

Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração – Universidade Regional de Blumenau
(FURB)

kmilabk@gmail.com

RESUMO

O baixo nível de educação financeira brasileira é um dos motivos do alto índice de endividamento da população. Neste contexto, o presente estudo buscou verificar a correlação entre a educação financeira e o endividamento das pessoas por meio de suas características sociodemográficas. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva de abordagem quantitativa. O instrumento de coleta de dados foi aplicado com residentes da região Metropolitana do Vale do Itajaí (Santa Catarina), de forma online pelo Google Formulários, o questionário foi do *survey*, estruturado e autopreenchível. A coleta resultou em 177 questionários válidos. Para a análise dos resultados, foram aplicadas análises descritivas e a técnica de Correlação de Spearman. Os resultados apontaram que o estado civil dos respondentes possui correlação pequena, mas definida com a dimensão conversa com a família, a Renda dos participantes apresentou correlações leves, quase imperceptíveis com as três dimensões que envolvem a educação financeira (Conversa com a Família; Conhecimento; Economia), e, por fim, quando se trata de endividamento, o índice mais significativo foi correlacionado com a idade, apresentando uma correlação leve quase imperceptível.

Palavras-chave: Educação Financeira. Endividamento. Finanças.

1 INTRODUÇÃO

Uma situação observada no cenário econômico nacional, é o aumento significativo da participação dos jovens na economia. Isso se deve ao aumento do poder de compra após a conclusão da educação formal até o ensino superior. No entanto, este fator pode provocar, como efeito colateral, o aumento do endividamento financeiro (DE SOUZA FERNANDES; CANDIDO, 2014).

Para Kiyosaki e Lechter (2000), os fundamentos financeiros deveriam ser ensinados desde os primeiros anos escolares, visto que, este será um assunto que acompanhará qualquer indivíduo ao longo da sua vida. Sendo um fator preponderante para aqueles que pretendem aproveitar uma saúde financeira equilibrada e tranquila.

A educação financeira diz respeito a qualquer iniciativa que transmita conhecimentos, atitudes e comportamentos relacionados a finanças. Na maioria dos casos, são programas que abordam orçamentos, planejamentos financeiros, gestão de créditos, investimentos e outros tópicos essenciais da saúde financeira (SBCOACHING, 2019).

Porém, no Brasil, isto não é um hábito da população. Em geral, os brasileiros passaram a gerenciar as finanças pessoais de uma forma despreocupada e sem qualquer planejamento, fazendo com que as famílias tenham um consumo excessivo, o que geralmente ocasiona o endividamento (SAVOIA; SAITO; SANTANA; 2007).

Segundo o PEIC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (2019), em setembro de 2019, o percentual de famílias que relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro, alcançou o índice de 65,1% da população. Estes dados mostram uma alta em relação ao ano anterior, quando o indicador apontava 60,7% do total de famílias.

De acordo com Flores, Vieira e Coronel (2012) as decisões financeiras envolvem um risco elevado, e a área destinada ao endividamento vem se destacando na linha de finanças comportamentais. Neste contexto, o presente estudo buscou verificar a correlação entre a educação financeira e o endividamento das pessoas por meio de suas características sociodemográficas. Para se atingir ao objetivo, realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva de abordagem quantitativa, aplicada de forma *online* com residentes da Região Metropolitana do Vale do Itajaí (Santa Catarina). A coleta ocorreu entre 19 de novembro de 2019 a 28 de janeiro de 2020, as pessoas foram convidadas a responder o questionário por meio do *link* da pesquisa através de várias plataformas digitais como: e-mails, WhatsApp, Facebook, Instagram e LinkedIn. Com os dados obtidos, este trabalho foi dividido em cinco capítulos, sendo este primeiro introdutório, o segundo destinado à fundamentação teórica, seguido da metodologia, apresentação e discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo está subdividido em duas partes, sendo a primeira destinada ao endividamento, bem como o endividamento no Brasil e Santa Catarina e a segunda à educação financeira.

2.1 ENDIVIDAMENTO

O endividamento nada mais é, do que o fato de assumir ou contrair dívidas (FERREIRA, 2006). Ou seja, o endividamento trata-se de uma consequência de um descontrole financeiro. Para que seja evitado, antes de fazer qualquer dívida, as pessoas precisam avaliar se esta dívida realmente faz sentido ou parte de uma necessidade. Porém, Rassier (2010) relata que por causa da facilidade de crédito, os consumidores têm optado por financiar as suas compras em vez de adquiri-las à vista.

Para Marques e Frade (2003), pode-se definir o endividamento como o saldo devedor de um agregado. Resumidamente, o endividamento é a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo, que ao se apossar desse recurso, cria-se um compromisso de devolver, com a data estabelecida, no qual o montante normalmente é aumentado por questão de juros e correção monetária.

Ressaltam ainda que o endividamento pode se tornar mais grave no caso de uma falência ou insolvência, que é a situação em que o devedor está completamente impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de pagar uma ou mais de suas dívidas (MARQUES; FRADE 2003). O estudo de Ponchio (2006) aponta diferenças entre aspectos demográficos e endividamento das pessoas, o estudo identificou a relação entre gênero, idade e escolaridade, concluindo que as mulheres são mais favoráveis ao endividamento do que homens. Quando se trata de idade, foi possível perceber que pessoas mais velhas possuem menor probabilidade de assumir dívidas, e que pessoas com menor nível de escolaridade também tendem a um maior nível de endividamento.

Considerando estudos do contexto brasileiro sobre educação financeira e endividamento, Claudino et al., (2009) objetivou identificar a relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores técnico-administrativos de uma instituição pública. Os autores descobriram que o nível de educação financeira dos servidores é insuficiente e que as principais deficiências são em relação a: conhecimento da liquidez das aplicações, elaboração de lista de compras, planejamento financeiro e taxa do cheque especial. Já quando se trata de nível de endividamento, a maioria dos servidores se encontram pouco endividados, ou seja, sem níveis sérios de endividamento. Portanto, os autores concluíram que um maior nível de conhecimento sobre educação financeira influencia na condição de se obter menores índices de endividamento, mas, destacam ainda que o fato de possuir conhecimento não exclui a possibilidade de se contrair dívidas de risco.

Ainda no contexto brasileiro Nogueira (2009) buscou avaliar as diferenças de tolerância ao risco em casais, identificando que os maridos possuem maior nível de tolerância ao risco do que suas esposas. Assim como foi possível relacionar o nível educacional com o risco, indicando que pessoas que possuem um maior nível educacional estão mais propensas a tolerarem o risco.

Mais recentemente, também foram realizados estudos que buscaram compreender as relações entre o endividamento e a educação financeira. Por exemplo Santos et al., (2019) verificou o papel da educação financeira no endividamento de servidores de São Paulo, identificando que indivíduos com pouca educação financeira e menor capital social estão mais propensos ao endividamento e compras impulsivas em uma relação inversamente proporcional e, indivíduos materialistas também tendem a comprar por impulso.

Já Ávila e Ferreira (2019) fizeram um estudo com o objetivo de mapear a Educação Financeira de acordo com o comportamento financeiro e influência na propensão ao

Materialismo e ao Endividamento. O estudo apontou que a relação inversamente proporcional entre a Educação Financeira e o Endividamento. Além de confirmar a relação entre atitude de risco e autocontrole com o materialismo e a relação entre o materialismo e o endividamento. Além dos estudos citados anteriormente, outros autores também avaliaram a educação financeira e o endividamento de diferentes aspectos (ver DE SOUZA FERNANDES; CANDIDO, 2014; XAVIER; FERREIRA, 2018; SANTOS, 2019; OLIVEIRA, 2019; NASCIMENTO, 2019; FERREIRA, 2020, entre outros.)

Atualmente, o endividamento é a realidade de muitas famílias brasileiras, ainda mais em tempos de crise econômica e altos índices de desemprego. De acordo com o PEIC (2019), o percentual de famílias brasileiras endividadas vem apresentando altas consecutivas a nove meses, considerando o ano de 2019, alcançando o índice de 65,1% das famílias. Além disso, o resultado alcançou o maior resultado desde julho de 2013 e o terceiro maior patamar da série histórica.

Para Paim (2015) pode-se acrescentar ao perfil das pessoas endividadas a ausência de habilidade parcial ou até mesmo total em lidar com o dinheiro, nos quais elas não têm o hábito de elaborar um planejamento financeiro para seus salários e não conseguem passar o mês com orçamento definido. Esta falta de planejamento faz com que o dinheiro ganho seja exclusivamente gasto para quitar as dívidas, influenciando diretamente na regularização e equilíbrio econômico-financeiro.

Segundo dados do PEIC (2019) o percentual de famílias endividadas e com contas em atraso aumentou entre os meses de agosto e setembro de 2019. O estudo apontou que 24,5% das famílias possuem dívidas ou contas em atraso e que 9,6% não terão condições de quitar suas dívidas. A pesquisa também apontou o cartão de crédito como principal tipo de dívida (79,5%) seguido dos carnês de lojas (15,5%) e financiamento de carro (9,7%) e casa (8,8%)

Quando se trata da realidade catarinense, a pesquisa do PEIC apontou que 56,9% das famílias estão endividadas, 23,2% com dívidas ou contas em atraso e 12,7% não terão condições de pagar as dívidas. O cartão de crédito também foi apontado como principal tipo de dívida (71,2%), seguido por carnês (44,5%), financiamento de carro (22,5%), crédito pessoal (19,1%), financiamento de casa (16,5%), crédito consignado (12,3%), e cheque especial (11,3%).

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira é importante na vida das pessoas, pois sabendo lidar com suas finanças, as pessoas evitam muitos problemas. Um dos principais fundamentos da educação financeira é o equilíbrio entre receitas e despesas. Para Jacob et al., (2000), o termo “financeira” aplica-se a uma ampla escala de atividades relacionadas ao dinheiro, como por exemplo, o controle do cheque, o gerenciamento do cartão de crédito, a preparação de um orçamento mensal até a tomada de decisão de fazer um empréstimo, comprar um seguro ou fazer um investimento. Já o termo “educação”, significa o conhecimento de termos financeiros que estão no cotidiano das pessoas, habilidades com matemática financeira para interpretar dados financeiros e efetuar decisões corretas para um bom uso do dinheiro, e também alguns conhecimentos de direitos e normas sociais.

Segundo Camargo (2007), a educação financeira reflete diretamente na administração do dinheiro. A gestão financeira pessoal ou planejamento financeiro pessoal, consiste em organizar e seguir uma estratégia definida para a manutenção e/ou acumulação de bens e

valores, que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Esse tipo de estratégia pode estar direcionada para o curto, médio ou longo prazo, com o objetivo de garantir a tranquilidade econômico-financeira da pessoa.

Para Macedo Jr., Kolinsky e Moraes (2011) as pessoas precisam tomar decisões diariamente, e constantemente devem aprimorar as formas como as escolhem. Uma tomada de decisão pode decorrer de mais de uma opção, e optar pelo caminho correto exige um grau de conhecimento sobre finanças pessoais. Para esse fim, é necessário que as pessoas adquiram educação financeira.

As finanças fazem parte do cotidiano, apesar de muitas vezes não ser percebido pelas pessoas. Porém, a educação financeira não é um tema que faz parte do currículo educacional brasileiro. As pessoas não sabem a teoria, porém, sabem como parcelar uma compra, como usar o cartão de crédito e até em alguns casos fazer um empréstimo bancário para pagar contas atrasadas. Para Kiyosaki e Lechter (2000, p. 13):

“Muitos dos jovens de hoje têm cartão de crédito antes de concluir o segundo grau e, todavia, nunca tiveram aulas sobre dinheiro e a maneira de investi-lo, para não falar da compreensão do impacto dos juros compostos sobre os cartões de crédito. Simplesmente, são analfabetos financeiros e, sem o conhecimento de como o dinheiro funciona, eles não estão preparados para enfrentar o mundo que os espera, um mundo que dá mais ênfase à despesa do que à poupança.”

Por meio da educação financeira é possível compreender a dinâmica de juros compostos, valor, normalmente, maior do que o valor inicialmente aplicado em operações financeiras. É diferente de poupar, pois, conforme destacado por Claudino et al., (2009) investir não é apenas abrir mão de consumos no presente para se consumir no futuro, mas envolve um conceito mais amplo, o de ser remunerado pela poupança feita no presente para que se atinja um montante desejado no futuro.

O estudo de Silva et al., (2019) a educação financeira é a apropriação de conhecimento para melhor tomada de decisões na vida cotidiana financeira, o domínio básico de seus elementos fundamentais permite ao indivíduo preparar-se para diferentes momentos da vida, inclusive pensando na aposentadoria, em um momento mais delicado da vida humana. O indivíduo que possui educação básicas em finanças é capaz de montar um plano auxiliar e complementar de aposentadoria; essa necessidade se torna cada vez maior, devido ao desequilíbrio previdenciário social atual.

Todd (2002) afirma que programas de educação financeira podem ser divididos em três grupos sendo: 1) finanças pessoais, cuja abordagem seria voltada para temas como crédito, elaboração de planejamentos e investimentos; 2) seria destinado a elaboração de planejamento previdenciário, promovido por empresas e, por fim, 3) seria relacionado à compra de ativos como imóveis.

O estudo de Silva et al., (2019) buscou alternativas de planos de previdência para obter retornos razoáveis com um risco reduzido. Por meio da análise de dois casos, destacaram a importância das finanças para o planejamento individual de uma aposentadoria. Ou seja, os autores identificaram que quanto antes se começa a pensar na aposentadoria, melhor. Nesta perspectiva, da Cruz et al., (2017) analisaram a educação financeira para crianças e adolescentes no contexto da região metropolitana de Curitiba. Com o objetivo de identificar a situação do ensino financeiro e beneficiar os alunos formando cidadãos responsáveis em relação ao orçamento doméstico, hábitos de consumo, de poupança e as diversas relações com as instituições do sistema financeiro. Puderam perceber que a educação financeira, na fase inicial

da vida, pode contribuir para uma relação equilibrada com o dinheiro, proporcionando maiores chances de se tornar um adulto consciente no que tange às suas finanças e, afirmam ainda, que estratégias aliadas a educação de qualidade formaríamos melhores cidadãos.

Outros estudos envolvendo a educação financeira foram realizados, como por exemplo Lucci et al., (2006) verificaram a influência da educação financeira em decisões de consumo e investimentos, Rogers, Favato e Securato (2008) avaliaram, por meio de finanças comportamentais, o efeito da educação financeira no processo de tomada de decisões em investimentos, da Silva e Powell (2013) apresentaram uma proposta de programa de educação financeira para matemática para a educação básica, Silva et al., (2019) avaliaram o desenvolvimento de um aplicativo para educação financeira, Lopes e Freitas (2018) verificaram a educação financeira para alunos com deficiência, entre outros.

Se considerar o contexto educacional brasileiro, de acordo com Savoia, Saito e Santana (2007), anteriormente não era obrigatório a educação financeira no sistema do ensino brasileiro. De acordo com o Site do Planalto (1996) o MEC preconiza a contextualização do ensino, o que presume um processo de aprendizagem com base no desenvolvimento das competências para inclusão dos estudantes na vida adulta, mediante a multidisciplinaridade, o incentivo do raciocínio e da capacidade de aprender. Nas matérias de ensino de matemática, recomenda-se estimular: a capacidade de leitura e interpretação de textos com conteúdo econômico; análises e julgamentos de cálculos de juros; a compreensão do relacionamento entre a matemática e os demais campos de conhecimento, como a economia; a utilização desta para promover ações de defesa dos direitos do consumidor.

Todas estas orientações são originárias da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996), porém, não se tem uma demonstração explícita de preocupação do MEC com a inserção da educação financeira no ensino brasileiro.

De acordo com Silva (2004), a realidade no Brasil é de que as pessoas não foram educadas para pensar sobre dinheiro na forma de administração. Portanto, a maioria das pessoas gastam sem refletir sobre seu contexto financeiro e quais serão os impactos futuros. Poupar é algo importante, mas não o suficiente também é preciso saber investir.

Porém, a partir de 2020, a educação financeira será incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino infantil e fundamental, como disciplina transversal em aulas de matemática, história, português, geografia entre outras. Esta alteração passa a ser obrigatória pois a educação financeira tem potencial para preparar os jovens para uma vida mais saudável do ponto de vista econômico. Esta é uma medida positiva, pois de acordo com a última edição do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), que foi realizado em 2015, o Brasil ocupou o último lugar de desempenho em competência financeira entre os 15 países analisados pelo programa (JORNAL DE BRASÍLIA, 2018).

3 METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto pelo estudo, realizou-se uma pesquisa exploratória, descritiva de abordagem quantitativa. Essa abordagem, é enquadrada na visão positivista das ciências sociais, sendo caracterizada por Malhotra e Birks (2009, p. 132), como aquela que “técnicas de pesquisa que buscam quantificar dados e, geralmente, aplicam alguma forma de análise estatística.”.

Para obter os dados, foi realizado uma pesquisa exploratória com abordagem quantitativa, com perguntas para buscar informações sobre a situação em relação a finanças dos entrevistados. Para se ter uma noção de alguns hábitos e pensamentos sobre educação financeira, foi utilizado como base os construtos baseados nos autores: Lea, Webley e Walker (1995), para identificar os fatores psicológicos em relação às dívidas, para esse construto, utilizou-se de base a escala já testada e adaptada para o contexto brasileiro por Moura (2005) onde são avaliados os aspectos: moral da sociedade, preferência no tempo e auto controle, e de Varcoe et al., (2005) para verificar a educação financeira, para esse estudo, utilizou-se as dimensões de conhecimento, conversa com a família e de economia.

As variáveis pertencentes aos construtos foram baseadas na medida métrica, ou seja, escalas intervalares com 5 pontos, com as respostas “Discordo Totalmente”, “Discordo”, “Nem Discordo, Nem Concordo”, “Concordo” e “Concordo Totalmente”, respectivamente. O instrumento do tipo *survey* foi construído e aplicado de forma *online* por meio da Ferramenta gratuita do Google, chamada Google Formulários. As pessoas foram convidadas a participar da pesquisa através dos meios digitais como: e-mail, whatsapp, Facebook, Instagram e LinkedIn.

Foram convidados para participar da pesquisa pessoas residentes das cidades que abrangem a Região Metropolitana do Vale do Itajaí: Indaial, Blumenau, Timbó, Pomerode, Gaspar, optou-se por considerar também as respostas das pessoas da cidade de Brusque, por ser um grande polo econômico do estado. Os respondentes que não se enquadravam nestas cidades foram excluídos da amostra. A coleta ocorreu entre os dias 19 de novembro de 2019 à 28 de janeiro de 2020. Resultou em 177 respostas válidas. Os questionários que não foram respondidos por completo também foram excluídos da amostra.

Portanto, a trajetória metodologia da pesquisa seguiu as etapas:

- a) Elaboração do instrumento a partir do construto de Moura (2005), e Varcoe et al., (2005);
- b) Aprovação do instrumento de pesquisa;
- c) Coleta de dados online entre os meses de novembro de 2019 e janeiro de 2020;
- d) Verificação dos instrumentos, do qual somente os questionários 100% preenchidos foram validados nessa pesquisa, cancelando-se os incompletos em função da desistência do entrevistado; Cancelando-se também os questionários cujos respondentes não eram residentes das cidades foco do estudo;
- e) Codificação e digitação das respostas que foram realizadas no Excel com posterior transferência dos dados para o software SPSS 22;
- f) Tratamento, elaboração e apresentação dos resultados.

As análises dos dados aconteceram por meio da estatística descritiva que objetivou conhecer o perfil da amostra. A segunda etapa da análise deu-se pelo emprego da Correlação de *Spearman*.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quando se trata do perfil dos respondentes, a amostra foi composta por 38,5% dos entrevistados da cidade de Indaial, seguidos por Blumenau (28,2%), Timbó (14,7%), Gaspar (8,5%), Pomerode (5,6%) e Brusque (4,5%). Em sua maioria, os respondentes possuem idade entre 18 e 30 anos (47,5%), seguido por idade entre 31 e 40 anos (31,6%), 41 e 50 anos (14,1%), 51 e 60 anos (4,5%), pessoas com menos de 18 anos representaram 1,7% e pessoas com mais

de 60 anos apenas 0,6% da amostra. A maioria dos entrevistados está em uma união estável (53,2%), seguido por solteiros (41,2%) e 5,6% são divorciados. Em sua maioria, os entrevistados possuem renda entre R\$ 998,00 e R\$ 2.997,00 (40,1%), seguido por R\$ 2.998,00 e R\$ 4.990,00 (27,1%), R\$ 4.991,00 e R\$ 9.980,00 (18,1%), R\$ 9.981,00 e R\$ 14.970,00 (6,8%), menos de R\$ 998,00 (4,5%) e mais de R\$ 14.970,00 (3,4%).

Para compreender se as pessoas possuem conhecimento sobre finanças e até mesmo identificar quais pessoas estão endividadas e quais não, os respondentes foram questionados acerca destes temas. Quando se trata de planejamento para aposentadora e o conhecimento da própria pessoa em relação aos seus gastos fixos mensais, foi possível perceber que 60,5% da amostra possui um plano de previdência privada ou planeja a sua própria aposentadoria, enquanto 39,5% não possui. Mas, 85,9% da amostra afirmou ter conhecimento claro sobre seus gastos fixos, enquanto 14,1% não faz nenhum tipo de controle para ter conhecimento.

Também foi questionado qual a porcentagem do salário das pessoas está comprometida com as dívidas atuais. Afirma-se que 22% da amostra possui dívidas que comprometem de 51% a 75% de seu salário, enquanto 20,3% da amostra compromete de 26% a 50% de seu salário, outros 16,4% comprometem de 10 a 25% de seu salário com dívidas, 12,4% não sabe dizer quanto do seu salário está comprometido com as dívidas, enquanto 10,7% já está em estado crítico comprometendo mais de 75% do seu salário com dívidas, e, apenas 5,1% afirmam comprometer menos de 10% do salário. Pessoas que não possuem nenhum tipo de dívida somaram 13% da amostra.

Os respondentes também apresentaram quais tipos de dívidas possuem, eles foram questionados acerca de lojas (como carnês, crediário, etc.), cartão de crédito (faturas não pagas e atrasadas) e empréstimos de bancos. Considerando a média das respostas (de 1 a 5), a maior dívida dos respondentes é com empréstimos de bancos (4,38) dos respondentes que afirmaram possuir dívidas nessa categoria, seguido por cartão de crédito (4,35) e carnês de lojas (4,25). Mas existem pessoas que não possuem nenhum tipo de dívida relacionada à essas categorias, sendo 37,9% da amostra de carnês, 28,2% não possuem dívida com cartão de crédito e 41,2% não possuem dívidas com bancos. Conforme dados apresentados na pesquisa do PEIC (2019) é possível afirmar que essas dívidas são recorrentes entre os brasileiros, pois segundo a pesquisa as dívidas dos brasileiros se concentram em cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro.

Sobre hábitos financeiros, os respondentes foram questionados sobre imprevistos financeiros e como lidam com os mesmos. Apesar do alto grau de endividamento, 65,5% destacou possuir sempre uma reserva de emergência para eventuais imprevistos, 15,8% se diz ciente dos riscos, mas que não guarda nada para essas ocasiões, outros 11,9% afirmam não sobrar dinheiro no final do mês, portanto não conseguem guardar para imprevistos, 4% destacam que estão vivendo o hoje, se algo acontecer amanhã descobre o que pode fazer, 1,7% não sabe do que se trata, e, por fim, 1,1% dizem que não precisam se preocupar se ainda não aconteceu.

Com o intuito de entender o comportamento das pessoas endividadas, comparando com as pessoas sem dívidas, realizou-se um cruzamento de dados entre as perguntas relacionadas à porcentagem de dívida comprometida do salário e o que a pessoa faz quando recebe qualquer tipo de dinheiro extra (bonificação, 13º salário, férias, etc.). Foi possível perceber que as pessoas que não possuem nenhum tipo de dívida costumam guardar e/ou aplicar o dinheiro (78,3%) e 8,7% antecipam pagamentos de contas, 13% da amostra dos livres de dívidas não recebe benefício algum. Já quando se trata das pessoas que possuem até 50% da sua renda

comprometida, 52,7% afirma guardar e/ou aplicar o dinheiro, 21,6% antecipa pagamentos de contas, 18,9% gasta o dinheiro com outras coisas, apenas 2,7% paga contas atrasadas e 4,1% não recebe benefício algum. Já a amostra de pessoas que possuem mais de 50% da renda comprometida com dívidas, 32,8% antecipa pagamentos de contas, 29,3% gasta o dinheiro com outras coisas, 19% paga contas atrasadas, 13,8% guarda e/ou aplica, enquanto 5,2% não recebem benefícios. Baseado nessas informações, é possível afirmar que, mesmo sabendo que estão endividados e que boa parte de sua renda já está comprometida, muitas pessoas ainda preferem gastar o dinheiro extra com outras coisas que não suas contas atrasadas. Acredita-se que esse fato seja em decorrência do baixo conhecimento de educação financeira do Brasil (DOMINGOS, 2016).

Com os resultados descritivos foi possível perceber que os dados corroboram com os achados de Varcoe et al., (2005) quando se trata dos questionamentos relacionados ao endividamento, demonstrando que os respondentes concordam que o endividamento não é positivo. Também foi possível perceber que os respondentes conseguem compreender as boas práticas relacionadas a economia de dinheiro, apesar de muitos alegarem estarem endividados. Nos achados de Lea, Webley e Walker (1995) foi possível identificar que no geral, as pessoas se consideram conservadoras em relação as dívidas, o mesmo ocorreu com esta amostra, mesmo que os respondentes tenham apontado grande grau de endividamento.

Conforme destacado por Vieira, Flores e Campara (2014), quanto se trata de escolaridade, foi possível descobrir que a propensão ao endividamento é maior para pessoas com menos escolaridade, ou seja, com ensino fundamental, quando comparados com pessoas que possuem um grau maior de escolaridade como pessoas com ensino superior, ou até mesmo especialização e pós-graduação. Quando se trata de ensino médio também foi possível perceber um maior nível de endividamento quando comparados com ensino superior ou pós-graduação, mas com uma menor diferença quando comparado com o ensino fundamental. O aspecto pode ser justificado pela renda, pois, normalmente, pessoas com um nível de escolaridade maior, costumam também possuir uma renda maior, e, conseqüentemente, tem mais acesso à educação financeira (SOARES; TRINDADE; MACHADO, 2009), assim como apontado em outros estudos que envolviam aspectos relacionados à renda, ou que pesquisaram indivíduos de baixa renda (ver BARROS, 2007; CHAUVEL; MATTOS, 2008; PICCINI; PINZETTA, 2014; MINELLA et al., 2017; ROCHA; OLEIVEIRA; TEIXEIRA, 2017).

CORRELAÇÃO DE SPEARMAN

Para verificar as correlações entre as variáveis do estudo, utilizou-se o coeficiente de *Spearman* para medir a intensidade entre as variáveis ordinais, ou seja, o construto versus as características sociodemográficas dos entrevistados. As determinações de valores, de acordo com Hair Jr et al. (2009) devem seguir:

- a) correlação leve, quase imperceptível (0,01 a 0,20);
- b) correlação pequena, mas definida (0,21 a 0,40);
- c) correlação moderada (0,41 a 0,70);
- d) alta correlação (0,71 a 0,90);
- e) correlação muito forte (0,91 a 1,00).

Destaca-se que, junto a cada correlação, apresenta-se o nível de significância estatística, que de acordo com Hair Júnior *et. al.* (2009), quanto menor o índice mais verdadeiro são os resultados matemáticos:

- a) >0,05 – Não significativa
- b) 0,01 a 0,05 – Significante
- c) 0,001 a 0,01 – Muito Significante
- d) <0,001 – Extremamente Significante

A Tabela 01 apresenta os valores encontrados com as correlações entre as dimensões que envolvem o Endividamento e a Educação financeira com as variáveis sociodemográficas dos pesquisados.

Tabela 01 – Correlação de Spearman

		Conhecimento	Conversa Família	Economia	Endividamento
Idade	Coeficiente de Correlação	0,026	,224**	-0,005	-,174*
	Sig. (2 extremidades)	0,731	0,003	0,942	0,021
Est. Civil	Coeficiente de Correlação	0,089	,323**	-0,081	-0,131
	Sig. (2 extremidades)	0,241	,000	0,284	0,083
Renda	Coeficiente de Correlação	,158*	,171*	,156*	-0,082
	Sig. (2 extremidades)	0,036	0,023	0,038	0,279

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme destacado na Tabela 01, nota-se que o estado civil dos respondentes possui correlação pequena, mas definida com a dimensão conversa com a família (0,323), esse resultado pode indicar que, pessoas que estão em um relacionamento ou que já possuem família estabelecida costumam discutir mais sobre os assuntos relacionados ao dinheiro com sua família. Esta mesma dimensão também apresentou uma correlação pequena, mas definida com a idade dos respondentes, o resultado pode demonstrar que pessoas com maior experiência de vida, ou que tiveram uma educação financeira desde criança estão mais dispostas a conversar com suas famílias sobre dinheiro.

Outras correlações que podem ser destacadas foram renda com as três dimensões que envolvem a educação financeira, porém, todas apresentaram correlações leves, quase imperceptíveis (Conversa com a Família = 0,171; Conhecimento = 0,158; Economia = 0,156), esses dados podem indicar que o nível de conhecimento financeiro dos respondentes está um pouco relacionada a sua renda, ou seja, pessoas com maior poder aquisitivo tendem a possuir um maior conhecimento, conversar mais sobre o assunto com sua família e está mais propenso a conseguir economizar.

Quando se trata de endividamento, pode-se perceber que o índice mais significativo foi correlacionado com a idade (-0,174), o que também pode-se afirmar que a idade dos respondentes está correlacionada com o seu grau de endividamento, assim como destacado por Gathergood (2012) e Sevim et al., (2012), em seus estudos foi possível identificar que pessoas mais jovens podem demonstrar um maior grau de endividamento por serem mais impulsivos, o que acaba interferindo em decisões financeiras e, por consequência, aumentar a propensão ao endividamento. Nesta mesma perspectiva, pessoas mais jovens costumam atribuir pesos mais

baixos às dívidas, principalmente jovens com menos de 30 anos, enquanto pessoas consideradas mais velhas, que normalmente já são chefes de família, possuem maiores responsabilidades, acabam se endividando com mais facilidade, porém dando um peso maior à dívida do que os mais jovens, conforme apontado no estudo de Keese (2012).

No estudo de Vieira, Flores e Campara (2014) também foi possível identificar a propensão ao endividamento por meio das diferenças sociodemográficas, o estudo mostra que houve diferença na propensão ao endividamento de acordo com as diferentes características sociodemográficas como: estado civil, escolaridade, ocupação, renda, religião, idade e gastos. Assim como apontado no estudo de Gathergood (2012) e Sevim et al (2012), Vieira, Flores e Campara (2014) descobriram que os grupos que estão mais propensos ao endividamento são os solteiros e viúvos, pessoas com níveis de escolaridade mais baixa, ou seja, que não possuem ensino superior, desempregados e pessoas de baixa renda, pessoas mais jovens (com menos de 22 anos) que costumam gastar mais do que ganham e pessoas sem religião.

Quando se trata de renda, conforme apontado nos estudos de Piccini e Pinzetta (2014) e Minella et al., (2017) o endividamento surge por meio do consumismo excessivo, que acaba decorrendo em dívidas e envolvendo expressivamente a renda mensal da família/pessoa e desencadeando ao não cumprimento dos pagamentos de seus compromissos financeiros. Pois conforme destacado no estudo de Minella et al., (2017) as pessoas não consideram importante saber controlar os gastos de suas casas, assim como foi possível identificar neste presente estudo. Quando se trata dos mais jovens, os autores ainda destacam que isso pode ocorrer porque muitas vezes, os mais jovens não precisam realizar compras e pagar as despesas básicas, além de não possuir experiência de como proceder com o pagamento dessas contas.

Conforme os achados de Barros (2007), Chauvel e Mattos (2008) e Rocha, Oliveira e Teixeira (2017) relacionadas aos hábitos de consumo da população de baixa renda, os autores afirmam que as motivações e atitudes relacionadas ao consumo dessa classe revelam que o planejamento está enraizado na cultura dessas pessoas. Ou seja, isso pode estar atrelado a intenção de se tentar melhorar seus gastos, sendo obrigados a excluir determinadas coisas por possuir uma renda limitada (SILVA; PARENTE; KATO, 2009). Rocha, Oliveira e Teixeira (2017, p. 10) também destacam que, quando se trata de pessoas de baixa renda, existe uma certa contradição proposital, pois foi possível identificar em seu estudo que “as dívidas podem ser pagas em dia, como também podem ser pagas atrasadas.” Ou seja, apresentam “um comportamento de endividamento que oscila entre a inadimplência e a adimplência”.

Vieira, Flores e Campara (2014) também apontam que as pessoas que ainda não constituíram uma família ou que já constituíram, mas no momento vivem sozinhas, também tem uma maior propensão ao endividamento, isso pode se justificar pelo fato destacado anteriormente por Minella et al., (2017) que as pessoas mais jovens não possuem maiores compromissos por não possuírem responsabilidades com a família. Pois, conforme Mendes-Da-Silva et al., (2012) destacam, pessoas casadas são apontadas como mais susceptíveis à um nível maior de endividamento.

Os diferentes resultados e, até mesmo as baixas correlações podem estar atreladas ao fato de que o dinheiro é percebido de formas diferentes por cada grupo de pessoas, ou seja, a relação que cada pessoas terá (ou não) com o dinheiro está atrelado aos riscos que afetam significativamente as relações humanas. Algumas pessoas podem atribuir ao dinheiro valores positivos como liberdade e segurança, outras podem atrelar ao poder, etc., a educação financeira tende a ganhar força baseada nessa relação que as pessoas tem com o dinheiro, e para que seja

possível evitar o endividamento, é necessário que as pessoas estejam preparadas para administrar seu próprio dinheiro de forma adequada (TOLOTTI, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa foi possível perceber o baixo nível de educação financeira dos entrevistados com um nível maior dívidas, esse fato pode ser destacado pela falta de conhecimento, ou seja, pode-se afirmar que as pessoas que possuem maior nível de educação financeira, tendem a possuir menos dívidas. Esse fator foi percebido também quando considerado o recebimento de rendas extras, onde percebeu-se que quanto mais dívidas os entrevistados possuem, menor a probabilidade de a pessoa guardar e/ou aplicar o dinheiro, apesar de alguns respondentes afirmarem que utilizam esse valor para pagar algumas das contas em atraso, mas isso apenas ocorre com pessoas com menos de 50% de dívidas, as que possuem maior índice de endividamento, tendem a gastar com outras coisas.

Quando considerado as características sociodemográficas dos entrevistados foi possível perceber que o estado civil apresentou correlação pequena, mas definida com a dimensão conversa com a família, e renda apresentou correlações leves, quase imperceptíveis com as três dimensões que envolvem a educação financeira (Conversa com a Família; Conhecimento; Economia), e o endividamento apresentou correlações quase imperceptíveis com a idade dos respondentes. Por meio dos resultados foi possível perceber que, pessoas com maior experiência de vida, ou seja, mais velha, tendem a ser menos impulsivas quando se trata de dinheiro por possuírem mais responsabilidades. O mesmo ocorre com pessoas de baixa renda, que tendem a se endividarem mais do que pessoas com maior renda. Também se destaca a importância de se conversar com a família sobre dinheiro, principalmente quando consideradas as pessoas que possuem família (como esposa/marido e filhos). Bem como a importância de se adquirir educação financeira desde cedo para que seja possível compreender como lidar com o dinheiro na vida adulta e assim, evitar dívidas. Torna-se importante destacar que os dados desta pesquisa não podem ser generalizados para a realidade total das cidades pesquisadas, pois não atingiu a amostra mínima necessária para generalização dos dados. Portanto, trata-se apenas da realidade da amostra entrevistada.

Como limitações de estudo destaca-se principalmente a baixa adesão das pessoas em responderem o questionário, tornando impossível a compreensão de uma realidade geral da Região Metropolitana do Vale do Itajaí. Pode-se apontar também que, por se tratar de um tema muito pessoal e que, por vezes pode constranger as pessoas, pode ser que haja algum viés de respostas de pessoas que não quiseram contar a verdadeira situação financeira da sua vida, mesmo que o questionário tenha sido sem a identificação dos respondentes.

Para futuros estudos sugere-se que seja feito uma pesquisa ampliada para que seja possível generalizar os dados dessas cidades e compreender a situação da população para que por meio dessas informações, seja possível traçar meios de tentar diminuir o nível de endividamento das pessoas com foco na educação financeira. Sugere-se ainda a aplicação de uma pesquisa qualitativa para compreender quais as maiores dificuldades encontradas pelas pessoas na hora de quitar suas dívidas, além de compreender os motivos que acarretaram um nível tão alto de endividamento na população.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Paula Alexandra Soares Corpas; FERREIRA, Marlette Cássia Oliveira. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: MATERIALISMO E O ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO DE CARAGUATATUBA. In: **CLAV 2019**. 2019.

BARROS, Carla. **Trocas, hierarquia e mediação: as dimensões culturais do consumo em um grupo de empregadas domésticas**. 2007. 2007. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Administração, Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CAMARGO, C. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo**. Curitiba, 2007. Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2007.

CHAUVEL, Marie Agnes; MATTOS, Marina Pinto de Abreu Zornoff de. Consumidores de baixa renda: uma revisão dos achados de estudos feitos no Brasil. **Cadernos Ebape. br**, v. 6, n. 2, p. 01-17, 2008.

CLAUDINO, Lucas Paravizo et al. Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2009.

DA CRUZ, Daniele Barbist et al. Educação financeira para crianças e adolescentes na região metropolitana de Curitiba. **Estação Científica**, n 17, jan-jun, 2017.

DA SILVA, Amarildo Melchiades; POWELL, Arthur Belford. **Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica**. 2013.

DA SILVA, Hermes Moretti Ribeiro; PARENTE, Juracy Gomes; KATO, Heitor Takashi. Segmentação da baixa renda baseado no orçamento familiar. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 8, n. 4, p. 98-114, 2009.

DE SOUZA FERNANDES, André Henrique; CANDIDO, João Gremmelmaier. Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 5, n. 2, p. 894-913, 2014.

DOMINGOS, R. Brasil fica mal em ranking de educação financeira. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/financas-em-casa/brasil-fica-mal-em-ranking-de-educacao-financeira/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FERREIRA. R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. São Paulo: Thomson IOB, 2006.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 12, n. 2, 2013.

Gathergood, J. Self-Control, Financial Literacy and Consumer Over-Indebtedness. **Journal of Economic Psychology**, 33, 2012.

HAIR, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. Bookman editora, 2009.

JACOB, Katy et al. **Tools for survival**: An analysis of financial literacy programs for lower-income families. Chicago: Woodstock Institute, Jan/2000.

JORNAL DE BRASÍLIA. Educação financeira integrará de vez a base curricular a partir de 2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/economia/educacao-financeira-integrara-de-vez-base-curricular-partir-de-2020/>. Acesso em 20 jun. 2020.

Keese, M. Who Feels Constrained by High Debt Burdens? – Subjective vs. Objective Measures of Household Indebtedness. **Journal of Economic Psychology**, 33, 2012.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER Sharon L. Pai Rico, Pai Pobre. Tradução: Maria Monteiro. 46. Ed. Editora Elsevier, 2000.

LEA, Stephen EG; WEBLEY, Paul; WALKER, Catherine M. Psychological factors in consumer debt: Money management, economic socialization, and credit use. **Journal of economic psychology**, v. 16, n. 4, p. 681-701, 1995.

LOPES, Valéria Rosa Farto; FREITAS, Carlos César Garcia. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOB A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA. In: **XIV JORNADA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E II CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**. 2018.

LUCCI, Cintia Retz et al. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **Seminário em Administração**, v. 9, 2006.

MACEDO JR., J. S.; KOLINSKY, R.; MORAIS, J. C. J. de. **Finanças comportamentais**: como o desejo, o poder, o dinheiro e as pessoas influenciam nossas decisões. São Paulo: Atlas, 2011.

MALHOTRA, N. K.; BIRKS, D. F. Marketing research. Harlow: Dentice Hall. Pearson Education. Mondello, M., & Maxcy, J.(2009). The impact of salary dispersion and performance bonuses in NFL organisations. **Management Decision**, v. 47, n. 1, p. 110-123, 2007.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

Mendes-da-Silva, W.; Nakamura, W.; De Moraes, D. Credit Card Risk Behavior on College Campuses: Evidence from Brazil. **Brazilian Administration Review**, 9, 2012.

MINELLA, João Marcos et al. A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 18, 2017.

MOURA, Ana Grisanti de. **Impacto dos diferentes níveis de materialismo na atitude ao endividamento e no nível de dívida para financiamento do consumo nas famílias de baixa renda do município de São Paulo**. 2005. Tese de Doutorado.

NASCIMENTO, Thiago Luiz Godoy. **O papel do comportamento financeiro e da educação financeira no endividamento**. 2019. Tese de Doutorado.

NOGUEIRA, R. C. G. **Finanças comportamentais**: diferenças na tolerância de risco entre cônjuges – replicando uma pesquisa e propondo alternativas complementares. 2009. 80f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Izabelly Pontes de et al. **Educação financeira**: um estudo sobre o nível de educação financeira dos colaboradores das filiadas de uma central de cooperativas de crédito na região Nordeste. 2019.

PAIM, B. Perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 9-24, 2015.

PEIC - PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR. 2019. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-1>. Acesso em 26 de novembro de 2019.

PEIC. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. O perfil regional de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras. Brasília – DF, 2013.

PICCINI, Ruberlan Alex Bilha; PINZETTA, Gilberto. Planejamento financeiro pessoal e familiar. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014.

PLANALTO - LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm - Acesso em 25 de novembro de 2019.

PONCHIO, M. C. **The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo**. 2006. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

RASSIER, L. H. **Conquiste sua liberdade financeira: organize suas finanças e faça o seu dinheiro trabalhar para você**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROCHA, Rodrigo Ribeiro; OLIVEIRA, Ronielton Rezende; TEIXEIRA, Luiz Antônio Antunes. Educação financeira e endividamento do consumidor de baixa renda: tendências de inadimplência e adimplência. In: **CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO**. 2017.

ROGERS, Pablo; FAVATO, Verônica; SECURATO, José Roberto. Efeito educação financeira no processo de tomada de decisões em investimentos: um estudo a luz das finanças comportamentais. In: **II Congresso ANPCONT-Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Salvador/BA**. 2008.

SANTOS, Gabriela Martins dos; et al. O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENDIVIDAMENTO: ESTUDO DE SERVIDORES DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. In: **CLAV 2019**. 2019.

SANTOS, Rafaela Aires Tavares. **O impacto da educação financeira sobre a vulnerabilidade econômica em idosos de baixa renda**. Uma avaliação do programa “Eu e minha aposentadoria—organizando a vida financeira”. 2019.

SAVOIA, José Roberto Ferreira, SAITO, André Taue, SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 41 (6), p. 1121- 1141, nov./dez. 2007.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SBCOACHING – COACHING FINANCEIRO: APRENDA A CUIDAR DE SUAS FINANÇAS. Disponível em: <https://www.sbcoaching.com.br/blog/coach-financeiro/>. Acesso em 27 de novembro de 2019.

Sevim, N.; Temizel, F.; Sayilir, O. The effects of financial literacy on the borrowing behavior of Turkish financial consumers. **International Journal of Consumer Studies**, 36, 2012.

SILVA, E. D. **Gestão em Finanças Pessoais**: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira. Rio de Janeiro: Quatymark, 2004.

SILVA, Guilherme et al. Educação financeira para o planejamento da aposentadoria. **Revista Calafiori**, v. 3, n. 2, p. 94-104, 2019.

SILVA, Sávio Fonseca et al. Mamma Mía-desenvolvimento de um aplicativo para educação financeira. In: **VIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA IFMG-RIBEIRÃO DAS NEVES**. 2019.

Soares, C.; Trindade, L.; Machado, T. O Capital Intelectual como Ferramenta para o Crescimento Econômico: o caso da cidade de Santa Maria/RS. **XIII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão - SEPE**, 2009.

TODD, R. M. Financial literacy education: a potencial tool for reducing predatory lending? Federal Reserve Bank of Minneapolis — **The Region**, v. 16, p. 6-13, Dec. 2002.

TOLOTTI, M. **As armadilhas do consumo: saia do vermelho e comece a investir**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

VARCOE, Karen et al. Using a financial education curriculum for teens. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 16, n. 1, 2005.

VIEIRA, Kelmara Mendes; FLORES, Silvia Amélia Mendonça; CAMPARA, Jéssica Pulino. Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. **Teoria e Prática em Administração (TPA)**, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2014.

XAVIER, Thais; FERREIRA, Marlette Cassia Oliveira. A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DO CONSUMIDOR E ANTECEDENTES AO ENDIVIDAMENTO. In: **CLAV 2018**. 2018.